

Demonstrações financeiras

SPE Cristina Energia S.A

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SPE Cristina Energia S.A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido8

Demonstração dos fluxos de caixa9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
SPE Cristina Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Cristina Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

**Shape the future
with confidence**

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de setembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

SPE Cristina Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.493	4.724
Contas a receber de clientes	5	295	515
Impostos e contribuições a recuperar		47	20
Estoques	6	580	551
Despesas antecipadas		109	49
Outros créditos		34	-
Total do ativo circulante		5.558	5.859
Não circulante			
Imobilizado	7	15.189	15.690
Intangível	8	218	228
Ativo de direito de uso		150	-
Total do ativo não circulante		15.557	15.918
Total do ativo		21.115	21.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	450	242
Obrigações trabalhistas		88	-
Imposto de renda e contribuição social		23	-
Impostos e contribuições a recolher		74	186
Dividendos a pagar	11 e 16	2.672	672
Arrendamento		131	-
Outras obrigações		117	-
Total do passivo circulante		3.555	1.100
Não circulante			
Arrendamento		79	-
Total do passivo não circulante		79	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	18.517	18.517
Prejuízos acumulados		(1.036)	-
Reservas de lucros		-	2.160
Total do patrimônio líquido		17.481	20.677
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.115	21.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	12	3.608	6.250
Custo de geração de energia	13	(4.676)	(2.954)
Lucro (prejuízo) bruto		(1.068)	3.296
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(285)	(99)
Outras despesas		(12)	(72)
		(297)	(171)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(1.365)	3.125
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	533	325
Despesas financeiras		(8)	(3)
		525	322
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(840)	3.447
Imposto de renda e contribuição social – corrente	15	(356)	(288)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(1.196)	3.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.196)	3.159
Total do resultado abrangente do exercício	(1.196)	3.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		18.517	-	-	(327)	18.190
Resultado do exercício		-	-	-	3.159	3.159
Destinações:						
Constituição de reserva legal	12.a	-	142	-	(142)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.c	-	-	-	(672)	(672)
Reserva de retenção de lucros		-	-	2.018	(2.018)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		18.517	142	2.018	-	20.677
Distribuição dividendos adicionais propostos	12.c	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Resultado do exercício		-	-	-	(1.196)	(1.196)
Destinações:						
Reversão de retenção de lucros		-	(142)	(18)	160	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		18.517	-	-	(1.036)	17.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(840)	3.447
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa:			
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	7 e 8	859	871
Amortização de ativo de direito de uso		85	49
Baixa de ativo imobilizado	7	12	4
Juros sobre arrendamento		11	3
Baixa de arrendamento		-	(7)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	220	99
Impostos e contribuições a recuperar		(27)	4
Estoques	6	(29)	(39)
Despesas antecipadas		(60)	(7)
Outros créditos		(34)	35
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	9	208	(386)
Obrigações trabalhistas		88	(30)
Impostos e contribuições a recolher		(112)	-
Outras obrigações		117	-
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(339)	(223)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		159	3.820
Atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado	7	(360)	(158)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(360)	(158)
Atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento		(30)	(42)
Pagamento de dividendos	11.c	-	(1.106)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento		(30)	(1.148)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(231)	2.514
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		4.724	2.210
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		4.493	4.724
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(231)	2.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Cristina Energia S.A. (“Companhia” ou “SPE Cristina”), constituída em 01 de agosto de 2007, é uma Companhia anônima de capital fechado com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi. A Companhia tem por objeto social (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Cristina (“PCH Cristina” ou “PCH”); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (d) a comercialização de créditos de carbono; e (e) o exercício de outras atividades correlatas ao seu objeto social.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Energia S.A. alienou à São João Energética S.A. (“São João”), que integra o Grupo Brookfield, o controle indireto da Companhia, uma vez que seu controle direto era exercido pelo fundo de Investimento Energias Geração Hidroelétrica Fundo de Investimento em Participações, extinto em 16 de novembro de 2015. A efetiva transferência das ações ocorreu em 31 de março de 2015. Desde 12 de junho de 2015, a Companhia tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,01% do capital social, e o restante das ações 99,99% pertence ao grupo Brookfield através de sua controlada Tangará Energia S.A. Em 01 de outubro de 2021, a Tangará Energia S.A., controlada pelo grupo Brookfield, incorporou a São João Energética S.A. se tornando sucessora universal dos direitos e obrigações da mesma e passou a controlar os 99,99% restante das ações.

Em 23 de dezembro de 1999, por meio da Resolução nº 354 da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia obteve autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante o aproveitamento do potencial hidráulico da central geradora Cristina, com 3,5 MW de potência instalada, localizada no rio Lambari, na bacia hidrográfica do Rio Grande, município de Cristina, no estado de Minas Gerais. A capacidade instalada da PCH Cristina foi alterada de 3,5 MW para 3,8 MW conforme Despacho nº 3.036 da ANEEL de 11 de outubro de 2010. A Companhia iniciou sua operação comercial em 18 de novembro de 2011, mediante Despacho nº 4.448 da ANEEL.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Cristina	3,8	Resolução 354/1999	Cristina - MG

Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH Cristina era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 345/1999 (23 de dezembro de 1999), encerrando em 22 de dezembro de 2029.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 03 de agosto de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.919/2021 estendeu o prazo de outorga da PCH, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Cristina teve a extensão de sua outorga homologada para 18 de julho de 2032.

Em 30 de novembro de 2024 foi celebrado o Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas de acordo com o qual a Tangará Energia S.A. alienou à Energo-Pro Participações S.A., atual controladora direta da Companhia, o controle direto da Companhia. A efetiva transferência das ações ocorreu em 30 de novembro de 2024. Desde 12 de junho de 2015, a Companhia tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,01% do capital social, o restante das ações 99,99% pertencem à Energo-Pro Participações S.A.

Ao fim do prazo da autorização, a PCH Cristina poderá ter seu regime de outorga alterado para registro, conforme disposto na Lei nº 9.074/95, alterado pela Lei nº 13.360/2016, uma vez que possuem potência instalada inferior ou igual a 5 MW. Os referidos empreendimentos possuem prazo indeterminado de duração, mas devem seguir e cumprir as normas da agência reguladora, principalmente em relação à fiscalização.

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Consumidores livres	01/01/2025	31/12/2028

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 3 de setembro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado e intangível (nota 7 e 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 10).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, despesas antecipadas e outros créditos.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, despesas antecipadas e outros créditos.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas indicativos de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, dividendos a pagar, arrendamento e outras obrigações.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2025 e de 2024. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 7 e os critérios de depreciação são demonstrados na nota 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Intangível--Continuação

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do período.

3.8 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

3.10 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10 Arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos da geração da energia

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	195	37
Aplicações financeiras (*)	4.298	4.687
Total	4.493	4.724

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	100% CDI	2.378	1.479
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	100% CDI	1.920	3.208
			4.298	4.687

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Venda de energia	295	515
	295	515

Os montantes de suprimentos de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	295	515

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os montantes de R\$295 e R\$515, respectivamente, estão a vencer e nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

6. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por peças de reposição destinadas à manutenção da usina e são mensurados ao custo.

	2025	2024
Peças de reposição	580	551
	580	551

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Imobilizado em serviço			Imobilizado em curso		
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
Em 31 de dezembro 2023	11.093	1.662	3.225	416	8	16.404
Adições	-	-	-	3	155	158
Transferências	(25)	56	(33)	-	(3)	(5)
Baixas	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	(485)	(110)	(268)	-	-	(863)
Em 31 de dezembro 2024	10.583	1.608	2.924	419	156	15.690
Adições	-	-	-	-	360	360
Baixas	-	-	-	(12)	-	(12)
Transferências	-	-	516	-	(516)	-
Depreciação	(512)	(111)	(226)	-	-	(849)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.071	1.497	3.214	407	-	15.189
Taxa de depreciação - % a.a.	2,29%	3,51%	3,28%			
Saldo em 31 de dezembro de 2024						
Custo	22.327	3.165	6.371	419	156	32.438
Depreciação acumulada	(11.744)	(1.557)	(3.447)	-	-	(16.748)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	10.583	1.608	2.924	419	156	15.690
Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Custo	22.327	3.165	6.887	407	-	32.786
Depreciação acumulada	(12.256)	(1.668)	(3.673)	-	-	(17.597)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	10.071	1.497	3.214	407	-	15.189

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

Para seu ativo imobilizado, a Companhia adotada como referência as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), sendo as taxas que representam e correspondem de forma razoável e adequada a taxa de vida útil dos ativos imobilizados, em consonância com a norma CPC 27. Administração acredita que em suas demonstrações financeiras está refletida adequadamente a depreciação, sendo que esta reflete a vida útil dos seus ativos imobilizados em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes (CPC 27 e normas aplicáveis ao setor elétrico).

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

	Servidões	Software	Total
Em 31 de dezembro 2023	174	56	230
Transferência para serviço	5	-	5
Amortização	(5)	(2)	(7)
Em 31 de dezembro 2024	174	54	228
Amortização	(8)	(2)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	166	52	218
Taxa de amortização - % a.a.	1,52%	1,52%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			
Custo	329	239	568
Amortização acumulada	(155)	(185)	(340)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	174	54	228
Saldo em 31 de dezembro de 2025			
Custo	329	239	568
Amortização acumulada	(163)	(187)	(350)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	166	52	218

Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos uma vez ao ano, ou quando há indicação de perda no valor recuperável. A Companhia concluiu pela inexistência de indicativo de perda ao valor recuperável (*impairment*) de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços a pagar	334	222
Compra de energia - MRE/CCEE (*)	116	20
	450	242

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

10. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável e possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$18.517, dividido em 15.807.873 (quinze milhões e oitocentos e sete mil e oitocentos e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2025 e 2024		
	Quantidade de ações	%	R\$
Energio-Pro Participações S.A.	15.806.267	99,9%	18.515
Demais acionistas - pessoa física	1.606	0,01%	2
	15.807.873	100%	18.517

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhia por Ações.

Em 30 de julho de 2025, os acionistas, por meio da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e complementares, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$2.672, sendo R\$672 correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$2.000 relativos a dividendos adicionais. Os referidos dividendos permanecem em aberto em 31 de dezembro de 2025.

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.106
Pagamento de dividendos	(1.106)
Dividendos mínimos obrigatórios	672
Saldo em 31 de dezembro de 2024	672
 Dividendos adicionais	 2.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.672

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita de operações com energia elétrica	3.337	6.024
Resultado com MRE e CCEE (*)	425	463
(Nota 15)	3.762	6.487
Deduções		
PIS	(25)	(42)
COFINS	(113)	(195)
Encargos setoriais	(16)	-
	(154)	(237)
Receita operacional líquida	3.608	6.250

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

13. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Compra de energia elétrica	(220)	(192)
MRE / CCEE (*)	(1.368)	(552)
Royalties ANELL	-	(161)
Serviços de terceiros	(1.224)	(600)
Seguros	(201)	(95)
Pessoal	(455)	(13)
Depreciação e amortização (nota 7 e 8)	(859)	(871)
Outras custos e despesas	(634)	(569)
	(4.961)	(3.053)
Custos de geração de energia	(4.676)	(2.954)
Despesas administrativas e gerais	(285)	(99)
	(4.961)	(3.053)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	531	325
Outras receitas financeiras	2	-
	533	325
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(8)	(3)
	(8)	(3)
Resultado financeiro	525	322

15. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
<u>Corrente</u>		
Imposto de renda	(246)	(188)
Contribuição social	(110)	(100)
Total com imposto de renda e contribuição social	(356)	(288)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	2025		2024	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) (nota 12)	3.762	3.762	6.487	6.487
	3.762	3.762	6.487	6.487
% para base de cálculo				
Base de cálculo	8%	12%	8%	12%
	301	451	519	778
Receitas financeiras (nota 14)	533	533	317	317
Outras receitas	-	-	12	12
Base de cálculo total	834	984	848	1.107
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(208)	(89)	(212)	(100)
Outros	(38)	(21)	24	-
Total	(246)	(110)	(188)	(100)

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

			<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Passivo</u>	<u>Natureza</u>				
<u>Outras obrigações</u>					
Geração Hidrelétrica Rio Grande S.A.	Compartilhamento de custos (a)			61	-
Energio Pro Brasil Holding S.A.	Compartilhamento de custos (a)			<u>52</u>	<u>-</u>
				<u>113</u>	<u>-</u>
<u>Dividendos a pagar</u>					
Energio Pro Brasil Holding S.A.	Dividendos (c)	11.c		<u>2.672</u>	<u>672</u>
				<u>2.672</u>	<u>672</u>
<u>Custo de geração de energia</u>					
Geração Hidrelétrica Rio Grande S.A.	Compartilhamento de custos (a)			95	-
Energio Pro Brasil Holding S.A. (a)	Compartilhamento de custos (a)			137	-
Elera Renováveis S.A.	Compra de energia (b)			<u>-</u>	<u>192</u>
				<u>-</u>	<u>192</u>
<u>Despesas administrativas e gerais</u>					
Elera Renováveis S.A.	Serviços de administração (d)			<u>-</u>	<u>29</u>
				<u>-</u>	<u>29</u>

(a) Contas a pagar referente a rateio de folha de pagamento;

(b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção. Operações com a antiga acionista;

(c) Dividendos a pagar para o acionista da Companhia;

(d) Serviços administrativos antiga acionista;

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social. A remuneração é realizada pela controladora Energo-Pro Brasil Holding S.A.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.700.000 para os bens vinculados à autorização considerados em conjunto das usinas do grupo Energo-Pro no Brasil, com início em 01 de novembro de 2025 e término em 01 de novembro de 2026.

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação, CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	195	-	195	37	-	37
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	4.298	4.298	-	4.687	4.687
Contas a receber de clientes	295	-	295	515	-	515
Despesas antecipadas	109	-	109	49	-	49
Outros créditos	34	-	34	-	-	-
	633	4.298	4.931	601	4.687	5.288

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2025			2024		
	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Fornecedores	450	-	450	242	-	242
Dividendos a pagar	2.672	-	2.672	672	-	672
Arrendamento	210	-	210	-	-	0
Outras obrigações	117	-	117	-	-	0
	3.449	-	3.449	914	-	914

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2025 e 2024.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de taxa de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo ou terceiros (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimento participantes do MRE.

SPE Cristina Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*--Continuação

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) *Risco de não renovação da autorização*

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Rubrica contábil	Evento	2025	2024
Ativo de direito de uso	Adições	234	49
Arrendamento	Adições	(229)	(39)

* * *